

CAPÍTULO 19

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS EFEITOS DO COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS

Luiz Paulo Fontes de Rezende – Universidade Estadual de Montes Claros
– PPGDEE/UNIMONTES

e Universidade Federal de Minas Gerais PPGSAT/UFMG

Luciana Maria Costa Cordeiro – Universidade Estadual de Montes Claro
PPGDEE/UNIMONTES

Vanessa Marzano Araújo – Universidade Federal de Minas Gerais
– PPGSAT/UFMG

Tania Marta Fialho – Universidade Estadual de Montes Claros
– PPGDEE/UNIMONTES

A fase contemporânea do desenvolvimento do capitalismo é geralmente caracterizada como a expressão da globalização financeira. O processo de financeirização decorrente da liberalização financeira e comercial reduziu a capacidade do Estado em atuar em políticas públicas. Além do subfinanciamento das políticas públicas, houve uma subordinação das atividades produtivas aos interesses do capital financeiro. As relações entre o setor financeiro e o setor produtivo criaram transformações nas relações entre o Estado e a economia.

A dominância financeira tem moldado as estruturas produtivas e distributivas das economias nacionais, sendo a expressão mais contundente dos interesses dos grandes conglomerados financeiros e dos grandes bancos que, pressionando

governos e suas instituições, estabelecem planos de revalorização patrimonial privada em escala global. As desigualdades sociais aumentaram, tendo em vista um crescimento da renda de um pequeno grupo em detrimento da queda dos rendimentos da população durante a crise da pandemia da Covid-19 e as recessões econômicas. Estes efeitos negativos da financeirização sobre as economias e suas respectivas sociedades acontecem quando a alta finança, controlada pelas elites rentistas, consegue impor seus interesses sobre os Estados nacionais, as empresas do setor produtivo e as famílias assalariadas.

O objetivo deste estudo é analisar o papel das políticas públicas no combate e enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Brasil mediante o processo de acumulação capitalista em um contexto de aumento da relevância das finanças na economia mundial associado à hegemonia política e ideológica neoliberal. O processo de financeirização ampliou o poder econômico dos mercados na mercantilização e privatizações dos bens públicos e também fortaleceu a capacidade política do setor privado em delimitar o formato e conteúdo das políticas sociais nos diferentes setores da sociedade. A pandemia do Covid-19 acentuou e explicitou as enormes desigualdades sociais decorrentes da dominância financeira sobre a atuação do estado brasileiro, e também mostrou a importância de repensar o papel das políticas públicas para o desenvolvimento econômico do Brasil. Com relação às políticas públicas, o Sistema único de Saúde (SUS) revelou o caráter imprescindível no combate e enfrentamento da Covid-19 mesmo com as limitações de recursos públicos e o seu crescente subfinanciamento. A doença chegou ao Brasil no final de fevereiro de 2020, quando foi registrado o primeiro caso, de acordo com o Ministério da Saúde (Braga & Oliveira, 2022). Os efeitos dessa pandemia são analisados por uma síntese de indicadores econômicos e sociais extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid19) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A DOMINÂNCIA DO CAPITAL FINANCEIRO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.

A discussão sobre a financeirização da economia brasileira e suas nefastas consequências para o desenvolvimento econômico é abordada sob diversos enfoques nos capítulos que compõem o livro “Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil”.

A dominância financeira ou a financeirização representa a configuração de um novo padrão de acumulação de riqueza do capitalismo contemporâneo em que

as aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, passam a ser um elemento central do processo de acumulação global de riqueza (Sestelo et al., 2017). Este novo padrão sistêmico de gestão e de realização da riqueza impactou os diversos setores da economia e a relação com os serviços públicos e os financiamentos dos investimentos, especialmente das políticas sociais.

Para Bruno (2022) a perda de autonomia do Estado nacional e a vigência de um regime de crescimento e acumulação de capital inadequado às necessidades do desenvolvimento socioeconômico brasileiro são subprodutos de uma modalidade de financeirização fortemente baseada na renda de juros. A financeirização tem mantido a economia brasileira em trajetórias de crescimento baixo, lento e instável, além de aumentar sua vulnerabilidade e dependência a capitais externos especulativos e a maior frequência de crises financeiras. No âmbito sociopolítico e institucional, a financeirização tem criado riscos e ameaças às bases da democracia⁹⁹, uma vez que reduz os direitos sociais pelas restrições impostas às finanças públicas, decorrentes da defesa do Estado mínimo, mas que interessam ao setor financeiro; defesa esta sem fundamentação sólida e sem evidências empíricas que justifiquem sua necessidade e contribuição ao desenvolvimento.

De acordo com Sestelo et al. (2017) o capitalismo financeiro e o Estado, tem atuado conjuntamente, para implementarem políticas de austeridade fiscal resultando em novos arranjos de produção e reprodução social determinados pelas relações entre financeirização e política social. Esta política de austeridade fiscal é requerida para atender ao novo padrão de gestão da riqueza denominado de financeirização do capital, exigindo uma reconfiguração do papel do Estado em administrar os recursos públicos acentuando as restrições políticas e econômicas à execução do gasto público, garantindo a acumulação do capital na sua forma fictícia, em detrimento das formas produtivas. Estas restrições políticas e econômicas sobre orçamento público são explicadas pelas políticas macroeconômicas neoliberais; pelo crescente poder e influência das elites financeiras sobre a definição das políticas públicas e pela promoção do capital privado no âmbito das políticas sociais.

A influência direta do capital financeiro sobre as condições da produção e da reprodução social ocorre por meio dos processos de privatizações, os quais resultam na mercantilização dos bens e serviços públicos e na transformação destes em

⁹⁹ O neoliberalismo concebe uma política de intervenção estatal em favor do mercado, e a democracia aparece com frequência como um obstáculo à política ao exigir a redistribuição de riqueza e a justiça social, que prejudicam o livre jogo dos preços e o movimento do capital. Nesse sentido, o neoliberalismo se revela profundamente antidemocrático (Cardoso, 2022).

ativos a serem incorporados no mercado financeiro. A atuação indireta do capital financeiro se dá por meio do conteúdo, da forma e do processo de elaboração das políticas sociais, principalmente devido à sua forte associação com os imperativos da globalização e ao neoliberalismo. Neste caso, os bens e serviços públicos não são transformados diretamente em ativos financeiros, uma vez que com a privatização há também a criação de novos fluxos de recursos e receitas anteriormente inexistentes que são absorvidos pelo setor privado e podem ser consolidados em ativos financeiros, especialmente quando os serviços passam a serem prestados por grandes empresas inseridas em uma dinâmica mais geral de acumulação financeira.

Em geral, este processo de financeirização do capital está associado à ascensão das finanças no capitalismo, que se manifesta no papel crescente dos motivos financeiros, dos mercados financeiros, dos atores financeiros e das instituições financeiras na operação das economias nacional e internacional (Epstein, 2005). Esta financeirização do capital representa um processo de redistribuição de renda com crescente peso das rendas do capital sobre o trabalho, realizadas por juros, dividendos e comissões que são obtidas por meio das aplicações em ativos financeiros. Conforme Hilferding (1985), a emissão de ações das sociedades anônimas transforma o capital produtivo em capital monetário, sendo precificado de acordo com as perspectivas de evolução futura de lucros e juros; e desvinculando-se do valor do capital produtivo originalmente investido. Esta diferença de valor entre o capital produtivo e monetário é denominada por Hilferding (1985) como o “lucro de fundador”. O Estado tende a sancionar e promover este processo alimentando o circuito financeiro por meio da dívida pública para com pagamento de altas taxas de juros, pela privatização e financeirização dos bens e serviços públicos e pela desregulamentação financeira, a qual permite operações altamente alavancadas e arriscadas com a responsabilidade de resgatar o sistema financeiro numa situação de crise de liquidez.

Para Braga e Oliveira (2022) o capitalismo financeirizado potencializa as desigualdades não apenas entre os países, mas, também, dentro dos países sob a crescente desigualdade de renda e riqueza na quase totalidade dos países do mundo. Não fossem as políticas de transferência de renda realizadas pelos Estados nacionais, em maior ou menor magnitude, a desigualdade social seria ainda mais elevada.

No Brasil, embora a financeirização tenha antecedentes distantes, o ano de 2016 pode ser tomado como uma referência importante no período recente. Desde então foi imposta uma política macroeconômica neoliberal ultraradical que se tornou a expressão definitiva do uso das instituições do Estado brasileiro para o atendimento dos interesses das finanças (Gentil & Bruno, 2022). Esta afirmação

é constatada pelos instrumentos legais utilizados pelo Estado brasileiro denominados de Emendas Constitucionais (EC): a lei do teto e subteto dos gastos públicos (EC 95/2016 e EC 109/2021), a flexibilização precarizante do mercado de trabalho e ampla reforma redutora de direitos previdenciários (EC 103/2019), privatizações em áreas estratégicas, neutralização dos bancos públicos e o aprofundamento do subfinanciamento das políticas públicas (EC109/2021). Estes conjuntos de ações adotadas em direção da austeridade fiscal visam aos interesses do mercado financeiro globalizado, limitando o endividamento público e criando obstáculos às capacidades estatais de planejamento estratégico governamental de longo prazo.

A Emenda Constitucional nº 95 de 2016 instituiu o “Novo Regime Fiscal” no governo Temer, estabelecendo um teto e congelando os gastos primários públicos durante 20 anos, especialmente os recursos com programas de transferência de renda, educação e Saúde, propostos pelas políticas neoliberais de austeridade fiscal (Castro, 2020; Braga & Oliveira, 2022). Esta emenda Constitucional foi criada para atender os interesses financeiros dos mercados, caracterizando uma subordinação do Estado ao capital financeiro (Moretti et al., 2022)

O governo Bolsonaro deu continuidade à agenda neoliberal para assegurar a rentabilidade do mercado aprofundando o subfinanciamento de políticas públicas com a Emenda Constitucional n.109/2021 e implementando uma reforma administrativa de orientação patrimonialista, fiscalista e privatista (Cardoso et al., 2022). Este governo iniciou com mais cortes de despesas e com o desmonte de programas de investimentos e das políticas públicas com o argumento que essa estratégia levaria o país de volta à confiança e ao crescimento. As principais medidas se destacam nos programas de privatização e no desmonte das políticas nas áreas de trabalho, previdência, saúde, educação e assistência social. Tais medidas resultaram em acirramento dos conflitos distributivos do orçamento público, comprimindo as despesas para as classes sociais menos favorecidas e a supressão dos direitos sociais. Para dar continuidade as medidas antidemocráticas, o governo Bolsonaro se posicionou fazendo ataques às instituições democráticas como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estimulou o racismo, o conservadorismo, a xenofobia, a misoginia, a perseguição à imprensa, a incitação à violência contra seus adversários políticos, limitação das liberdades individuais e aversão a pautas indenitárias, sobretudo os movimentos negro e feminista (Pinho & Lanzara, 2022).

A manutenção da política de austeridade fiscal, a desestruturação do aparato institucional, as reformas para redução do Estado social, as privatizações e os atos antidemocráticos contribuíram para a profundidade da crise econômica com graves consequências sociais. A pandemia do covid-19 vai encontrar a economia

brasileira em crise, e os resultados serão piores que aqueles previstos para a economia mundial conforme os indicadores sociais e econômicos apresentados no tópico seguinte.

No período da pandemia, o presidente Bolsonaro negou a gravidade do covid-19, estimulou o descumprimento do isolamento social, não cumpriu os protocolos de proteção e espalhou a desinformação, dificultando a atuação das políticas de saúde, elevando as tensões, violências e inseguranças sociais. Essa descoordenação generalizada no âmbito das políticas conduzidas pelo governo federal mostrou-se trágica no contexto da pandemia. As vulnerabilidades sociais da população, medida pelos diversos indicadores de pobreza de renda, se agravaram com as políticas de austeridade fiscal. Houve um crescimento da pobreza e da invisibilidade social no período devido, em grande medida, à falta de políticas públicas adequadas (Castro, 2020). Para manter a invisibilidade social, o governo Bolsonaro veta a realização do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021 com o objetivo de impedir que esta instituição realize um efetivo diagnóstico das demandas da sociedade brasileira para formulação de políticas públicas.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS EFEITOS DO COVID-19 SOBRE OS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS NO BRASIL

A pandemia da covid-19 causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) surgiu na cidade de Wuhan na China no final de 2019. Esta doença chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, quando foi registrado o primeiro caso, de acordo com o Ministério da Saúde e representou um dos maiores desafios sanitários em escala global no século XXI. No Brasil, estes desafios são maiores devido à dimensão territorial caracterizada por grandes desigualdades econômicas e sociais (Braga & Oliveira, 2022).

A Tabela 1 mostra os dados agregados da pandemia de Covid 19 distribuídos por estado da federação. Em abril de 2023, o Brasil ultrapassou a barreira de 37 milhões de casos, sendo destes 700 mil óbitos oficiais. O Estado com o maior número de casos é São Paulo (17,53%), seguido por Minas Gerais (11,24%) e Rio Grande do Sul (8,03%), todos estados das regiões sudeste e sul, estes com maior concentração populacional se comparado às demais regiões do país (norte, nordeste e centro-oeste). São Paulo também concentra o maior número de óbitos (25,63%), seguido pelo Rio de Janeiro (11%) e por Minas Gerais (9,36%).

**TABELA 1: SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA TOTAL NO BRASIL DE MARÇO DE 2020
ATÉ 11 DE ABRIL DE 2023**

ID	UF	Casos	%	Óbitos	%	ID	UF	Casos	%	Óbitos	%
1	SP	6.550.058	17,53	179.632	25,63	15	PB	708.449	1,90	10.542	1,50
2	MG	4.200.799	11,24	65.592	9,36	16	AM	635.914	1,70	14.471	2,06
3	RS	3.001.676	8,03	41.998	5,99	17	MS	610.693	1,63	11.029	1,57
4	PR	2.930.188	7,84	46.147	6,58	18	RN	587.171	1,57	8.724	1,24
5	RJ	2.787.165	7,46	77.069	11,00	19	MA	494.170	1,32	11.058	1,58
6	SC	2.011.795	5,39	22.741	3,24	20	RO	483.924	1,30	7.433	1,06
7	GO	1.916.268	5,13	28.109	4,01	21	PI	428.535	1,15	8.367	1,19
8	BA	1.796.927	4,81	31.519	4,50	22	TO	367.062	0,98	4.237	0,60
9	CE	1.461.538	3,91	28.164	4,02	23	SE	360.004	0,96	6.503	0,93
10	ES	1.329.580	3,56	15.064	2,15	24	AL	338.332	0,91	7.252	1,03
11	PE	1.165.884	3,12	22.740	3,24	25	AP	185.966	0,50	2.169	0,31
12	DF	902.046	2,41	11.854	1,69	26	RR	183.615	0,49	2.191	0,31
13	MT	881.988	2,36	15.098	2,15	27	AC	161.332	0,43	2.045	0,29
14	PA	877.033	2,35	19.063	2,72	Brasil		37.358.092		700.811	

Fonte: Elaboração própria, dados do Ministério da Saúde, 2023.

Os efeitos dessa pandemia são compreendidos por uma síntese de indicadores econômicos e sociais extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As políticas neoliberais de austeridade fiscal têm causado impactos negativos nas variáveis econômicas aumentando as desigualdades sociais. Estes impactos econômicos tornam-se mais expressivos após a recessão econômica iniciada em 2015 com elevação da taxa de desocupação e queda do rendimento médio real conforme o ilustrado no gráfico 1.

**GRÁFICO 1: RENDIMENTO MÉDIO REAL DE TODOS OS TRABALHOS
E TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)**



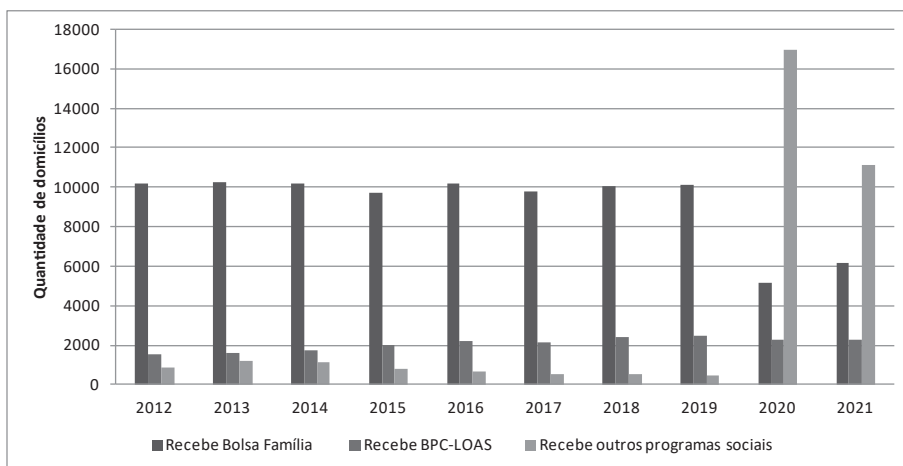
Elaboração própria: Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

No mercado de trabalho, torna-se relevante destacar que o rendimento médio real da população ocupada em seu trabalho principal, durante o ano de 2021 apresentou uma redução de 5,6% em relação ao ano anterior. Isto é reflexo da desativação de postos de trabalho, principalmente daqueles em que o contato físico mais intenso era exigido, o que atingiu aquelas pessoas mais vulneráveis (IBGE, 2022). O crescimento significativo da taxa de desocupação pode ser atribuído às políticas neoliberais, recessão econômica e os efeitos da Covid-19. Em resposta à perda de renda do trabalho em decorrência a alta taxa de desocupação das pessoas de pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Auxílio Emergencial (AE) foi instituído em abril de 2020, com o objetivo de repor os rendimentos das famílias afetadas pela crise econômica exacerbada pela pandemia do Covid-19. Este auxílio emergencial, definido no valor de R\$ 600 reais mensais, foi destinado aos trabalhadores informais e desempregados de famílias de baixa renda, podendo ser duplicado para mães solteiras. Observa-se no gráfico 1 que houve uma recomposição mas insuficiente para a preservação dos empregos e da renda porque os auxílios emergen-

ciais não foram bem planejados acarretando falhas de execução nas políticas sociais devido à limitação de recursos, à demora de efetivação e aos entraves burocráticos (Bacchiogga et al., 2020; Trovão, 2020).

Os governos de todas as economias mundiais, apesar de serem impactados pela forte queda de suas receitas e aumento de despesas com saúde, criaram programas emergenciais para tentar manter os empregos e a renda dos trabalhadores e das populações mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que anunciavam pacotes de ajudas financeiras às empresas. No Brasil, o enfrentamento da crise da COVID-19 evidenciou o papel central que as políticas sociais representam para a manutenção da renda das famílias em momentos de crise conforme apresentado no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - DOMICÍLIOS, POR RECEBIMENTO DE RENDIMENTO DE PROGRAMA SOCIAL E TIPO DE PROGRAMA SOCIAL.



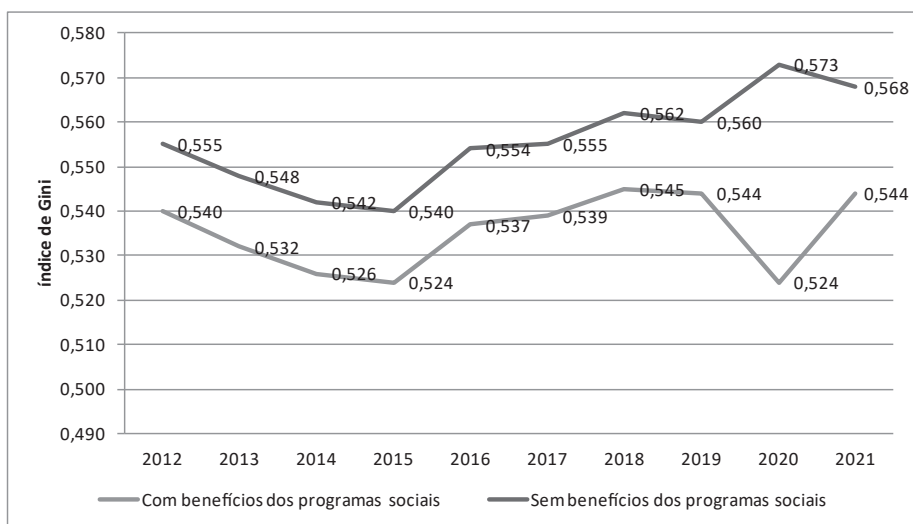
Elaboração própria: Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A pandemia de COVID-19 e a crise socioeconômica a ela associada expuseram de forma mais nítida as desigualdades de renda e a invisibilidade social no país, tornando-se um desafio para as políticas públicas, especialmente para aquelas associadas à proteção social e à preservação do emprego e da renda. Em resposta a esta crise, observa-se um aumento expressivo do valor da rubrica outros programas sociais nos anos de 2020 e 2021, que inclui Auxílio Emergencial. O valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS) permaneceu inalterado enquanto que o Bolsa Família sofreu uma redução porque foi substituído pelo Auxílio Brasil

no Governo Bolsonaro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória 1164/2023 que recria o Bolsa Família, programa de transferência de renda e combate à fome criado no seu primeiro governo em 2003, com novas regras em substituição ao Auxílio Brasil.

O desmonte das políticas sociais e as reformas pró mercados, iniciados no governo Michel Temer em 2016, contribuíram para aumento das desigualdades sociais evidenciado pelo índice de Gini¹⁰⁰ no gráfico 3.

GRÁFICO 3: ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA, POR CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL



Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD-COVID- IBGE.

Até a crise iniciada em 2015, observava-se uma tendência de queda da desigualdade de renda mensurada pelo índice de Gini para o rendimento domiciliar per capita. Esta tendência de queda da desigualdade perdurou enquanto a atividade econômica apresentava um crescimento. No momento de reversão do crescimento econômico, a concentração de renda subiu e se intensificou em razão das políticas neoliberais que fragilizaram o arcabouço de proteção social. Os aumentos consecutivos das desigualdades de renda no período entre 2016 e 2019 consti-

¹⁰⁰ O Coeficiente de Gini é o indicador mais utilizado para medir a desigualdade de rendimentos. Em uma escala de 0 a 1; 0 seria a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos entre os indivíduos e 1 a extrema concentração do rendimento por um único indivíduo.

tuíram um recorde de duração nas séries históricas brasileiras. Em 2020, a pressão popular e o apelo de distintos setores da sociedade obrigaram o governo a lançar planos emergenciais para preservar empregos e a renda do trabalho.

No entanto, esses planos emergenciais foram insuficientes para impedir essa reversão da tendência de queda da concentração de renda em 2020. Em 2021, a desigualdade de renda volta crescer. Isso se deve, em parte, à redução dos benefícios emergenciais de transferência de renda que fez com que as pessoas mais pobres tivessem uma queda mais acentuada de sua renda, proporcionalmente aos mais ricos. Os rendimentos médios do trabalho seguiram em valores inferiores ao início da pandemia e a criação de postos de trabalho foi marcada pela precariedade e informalidade das ocupações. Importante enfatizar que na ausência dos programas sociais, o nível da desigualdade de renda seria mais elevado em todo o período conforme os dados de Gini apresentados no gráfico 3.

De 2019 para 2020, as proporções da população na extrema pobreza e na pobreza, no Brasil, segundo as linhas do Banco Mundial, recuaram, respectivamente, de 6,8% para 5,7% e de 25,9% para 24,1% da população. Mas, sem os benefícios dos programas sociais, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria sido de 12,9% e a taxa de pessoas na pobreza subiria para 32,1%.

As desigualdades de rendimento são ainda mais marcantes quando a análise da distribuição do rendimento domiciliar per capita é feita para grupos de cor ou raça da população. Enquanto 16,4% da população branca estava entre os 10% com maiores rendimentos, apenas 5,0 % da população preta ou parda encontrava-se nessa mesma classe de rendimentos em 2018. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcavam 13,5% da população preta ou parda diante de 5,5% da população branca.

No mercado de trabalho, os grupos vulneráveis (mulheres, pretos, pardos e jovens, com menor escolaridade) foram os mais afetados. O nível de ocupação nestes grupos sofreu a maior queda, especialmente no setor de serviços e na categoria dos trabalhadores informais. Consequentemente, o rendimento médio domiciliar *per capita* (R\$1.349) sofreu uma redução de 4,3% em relação ao período pré-pandemia (R\$1.410) e aumento das taxas de pobreza.

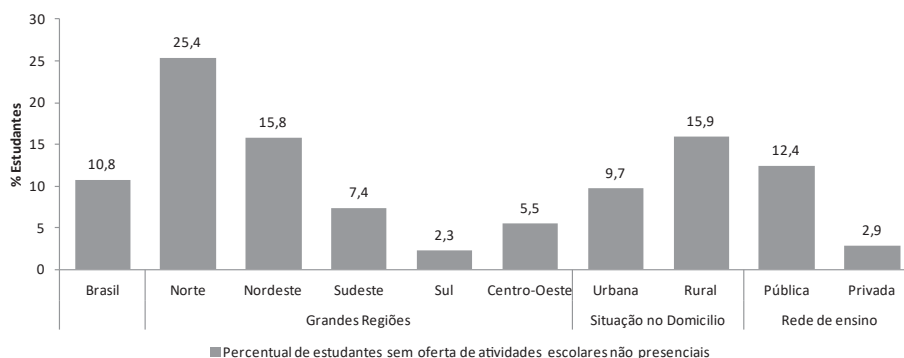
Outra característica relevante a se considerar a respeito do mercado de trabalho brasileiro é a informalidade de parte significativa dos postos de trabalho. Sendo assim, há uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros sem acesso a regulamentações de proteções sociais, entre elas pode-se citar a aposentadoria e a licença à maternidade, licença por motivos de saúde. Em termos espaciais, a informalidade é maior nas regiões Norte (58,6%) e Nordeste (55,9%) e menor nas regiões Sudeste (33,9%) e Sul (26,8%). A média brasileira de informalidade no

mercado de trabalho é de 40,1%. As regiões com maiores índices de desenvolvimento são aquelas que apresentam menores índices de informalidade (IBGE, 2022). A pandemia agravou essa situação, uma vez que em 2021, em comparação ao ano anterior, houve aumento das ocupações informais, principalmente daquelas de cor ou raça preta ou parda (1,6 ponto percentual) quando comparado àquelas pessoas de cor ou raça branca (0,9 ponto percentual). Portanto, essa característica estrutural do mercado de trabalho no Brasil manteve-se preservada e/ou agravada no período pandêmico, pois refletem desigualdades históricas no mercado de trabalho brasileiro (IBGE, 2022).

A pandemia afetou profundamente a rotina do sistema escolar e de suas escolas devido à suspensão de aulas presenciais, que foi inevitável e importante para não propagação do vírus, mas que pode trazer consequências maiores para os alunos pobres, que, ao ficarem longe da escola, expõem-se aos riscos da fome, violência física e psicológica, exploração sexual e abandono dos estudos.

No setor educação, a Covid-19 representou a maior adversidade que a educação brasileira enfrentou nos últimos anos, pois a ela deixou 10,8% dos estudantes de 6 a 17 anos de idade, que representa a idade inicial oficial para frequência no ensino fundamental e médio, sem aulas presenciais e sem atividades escolares. A oferta de atividades escolares apresentou distribuição desigual conforme algumas características relacionadas à rede de ensino e características do território de residência conforme apresentado no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE 6 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVAM ESCOLA SEM ATIVIDADES PRESENCIAIS E SEM OFERTA DE ATIVIDADES ESCOLARES EM 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19.

Em termos regionais, as regiões Norte e Nordeste apresentaram o maior percentual de alunos sem a oferta de atividades presenciais e sem a oferta de atividades escolares. Essa desigualdade na educação se intensifica ao analisar a situação do domicílio na zona urbana e rural dos municípios brasileiros. Esta imensa desigualdade regional na oferta do ensino pode ser explicada pelas diferenças na infraestrutura de comunicação e transporte e pelas vulnerabilidades socioeconômicas da população (IBGE, 2021).

O percentual na rede pública (12,4%) foi 4,3 vezes maior do que o na rede privada (2,9%). Isto demonstra que a situação na rede pública foi mais intensa e desafiadora. Esta diferença na oferta de ensino remoto entre a rede pública e privada está relacionada à menor presença de infraestrutura tecnológica no domicílio dos alunos. Outro fator que explica esta desigualdade na educação é o tempo dedicado às atividades escolares que está associado à condição econômica dos estudantes. Os estudantes de cor parda e preta residentes nas regiões Norte e Nordeste se dedicaram o tempo de estudo bem inferior aos estudantes de cor branca e residentes nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

As aulas presenciais foram suspensas no Brasil em março de 2020 em toda a rede pública. A suspensão durou entre março de 2020 até o mês de maio de 2021. Este período de tempo pode ser classificado como longo, uma vez que o IBGE (2021, p. 76) classifica o Brasil entre os países com maior duração dessa suspensão. Ao todo foram 190 dias em que houve o fechamento total das escolas de educação básica para atividades presenciais, por orientação governamental, o que coloca o Brasil em segundo lugar. Em primeiro lugar está o México (com 265 dias). O país com menor número de dias de fechamento total das escolas de educação básica foi o Japão (15 dias), seguido pela Suíça (30 dias) e França (35 dias).

Ressalta-se que, ao considerar todos os níveis de ensino, esse fechamento das escolas pode ter durado um tempo maior. As escolas do país permaneceram fechadas, em média, por 279,4, sendo que as escolas públicas permaneceram fechadas por um período superior (287,5 dias) e as escolas da rede privada por 247,7 dias. Quando se considera o contexto regional também houve diferenças significativas, sendo que a o maior período de fechamento das escolas ocorreu na Região Nordeste (com 299,2 dias), sendo que a rede pública ficou fechada por um período de 307,1 dias nesta região (IBGE, 2021, p. 75).

Grande parte dos estudantes brasileiros são atendidos pela rede pública de ensino, ou seja, 82,0% dos alunos matriculados no ensino fundamental e 87,4% dos alunos matriculados no ensino médio no Brasil estão na rede pública de ensino. Destaca-se que os alunos da rede pública brasileira são compostos por estudantes que pertencem aos 20% da população brasileira com menores rendimentos. Já

aqueles alunos que frequentam a rede privada de ensino estão entre a população com maior renda. Dados do IBGE (2021, p. 76) mostram que apenas 5,5% dos estudantes da rede pública no ensino médio pertencem aos 20% da população com maior rendimento. Já os estudantes da rede privada do ensino médio que pertencem aos 20% da população com maior rendimento são cerca de 50,0%. Portanto, pode-se perceber que aqueles alunos com menor renda dependiam da rede pública para ter acesso à educação durante o período de adiamento e/ou suspensão das aulas presenciais.

Apesar da suspensão das aulas presenciais, o conteúdo pedagógico foi disponibilizado de forma remota pelas escolas. Grande parte dos estudantes do ensino fundamental e médio realizou, pelo menos, parte das atividades (86,7%). Neste contexto, 70,0% dos estudantes de 6 a 17 anos disseram se dedicar às atividades escolares remotas em, pelo menos, 5 dias da semana. Já os outros 30% disseram se dedicar a estas atividades somente de 1 a 4 dias na semana (IBGE, 2021).

Ao associar a frequência escolar com a renda das famílias, foi possível verificar que aqueles estudantes que se dedicam às atividades escolares remotas em um menor número de vezes durante a semana (de 1 a 4 vezes) representam 35% naquelas famílias classificadas entre os 20% mais desfavorecidos e naquelas famílias classificadas entre os 20% mais ricos representam apenas 16,8%, ou seja, aquelas famílias mais pobres têm o dobro de crianças e adolescentes que se dedicaram às atividades remotas em menos dias da semana (IBGE, 2021).

Também houve discrepâncias da dedicação escolar remota dos estudantes de 6 a 17 anos em relação às regiões do país. Aquelas regiões menos desenvolvidas tiveram uma participação maior dos estudantes se dedicando de 1 a 4 vezes na semana para as atividades escolares remotas. Na Região Norte este índice foi de 40,7% e na Região Sudeste, considerada mais desenvolvida, foi de 31,6%.

Na saúde, o número de óbitos dos pretos ou pardos superou o dos brancos devido a maior restrição de acesso a medicamentos e aos serviços de saúde. As mulheres pretas ou pardas sofreram restrições mais severas. Regionalmente, as desigualdades econômicas e sociais são maiores nas regiões Nordeste e Norte. Sendo indispensável a continuidade das políticas públicas para minimizar os danos econômicos, sociais e psicológicos das populações mais vulneráveis, especialmente, nas regiões mais afetadas pela pandemia.

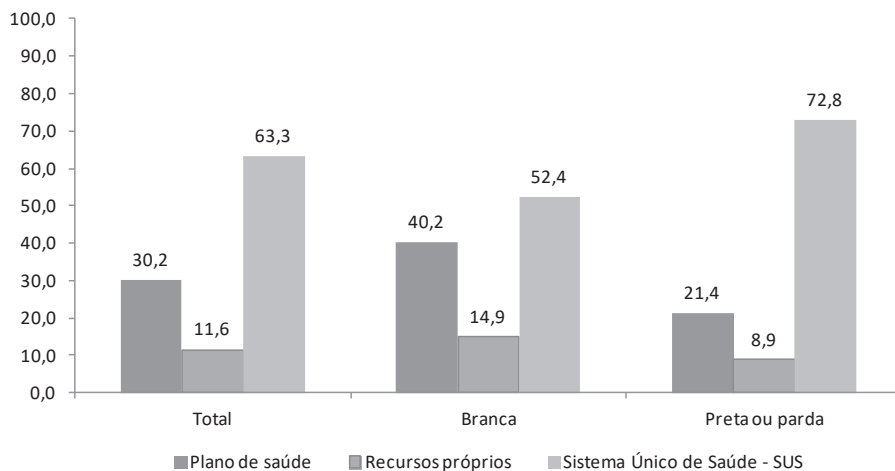
De acordo com Castro (2020) as desigualdades entre as unidades da federação nos indicadores de saúde são enormes. Esses resultados têm a ver com a política de austeridade fiscal, que enfraqueceu as políticas de saúde e coloca em risco a continuidade do Sistema Único de Saúde (SUS), com a restrição ao crescimento real dos gastos na área de saúde no período, sendo um dos menores dos últimos anos.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a pobreza não afeta a todos de forma idêntica, pois existem grupos populacionais que são mais vulneráveis, como é o caso das crianças e da população preta e parda. Também afeta diferentemente a população no território, sendo mais intensa nas regiões Norte e Nordeste e nas periferias das grandes cidades.

De acordo com o IBGE (2021) o Brasil possuía, em 2020, aproximadamente 522 mil leitos ou 2,46 por 1 000 habitantes. Entretanto, essa quantidade não é distribuída de forma homogênea ao longo do território. Enquanto a Região Sul possuía 2,78 leitos por 1000 habitantes, a Região Norte possuía 2,01. O mesmo ocorre com a distribuição regional dos profissionais de saúde, nas regiões Norte e Nordeste a proporção de médicos por 1000 habitantes em 2020 era inferior à média nacional, ao passo que, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste esta proporção estava acima da média nacional.

Mesmo diante das políticas neoliberais e da atuação do governo Bolsonaro contra as políticas públicas, o Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou-se ser uma importante política pública no combate e enfrentamento da crise sanitária provocada pela Covid-19 entre os diferentes grupos populacionais conforme os dados ilustrados no gráfico 5.

GRÁFICO 5 - PROPORÇÃO DAS PESSOAS INTERNADAS POR COR OU RAÇA POR TIPOS DE ATENDIMENTOS OFERTADOS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2021.

Mais da metade do total de internações foram cobertas pelo sistema público de saúde do Brasil (SUS). Estratificando estas internações por grupo de renda e de raça, as desigualdades na oferta de serviços de saúde tornam-se mais visíveis e o Sistema Único de Saúde (SUS) gratuito e universal constitui-se numa política pública importante para atender o grupo da população mais desfavorecido economicamente. O percentual das pessoas de cor branca internadas com acesso a plano de saúde e recursos próprios é muito superior comparado ao grupo de pessoas de cor preta ou parda. No grupo de pessoas de cor ou raça preta ou parda, o percentual de internações coberta pelo SUS representou 72,8%, superior à média nacional, 63,3% total de internações. Entretanto, no estrato das pessoas de cor branca, o percentual de cobertura pelo SUS é bem menor que a média nacional, sendo que 40,2% dos brancos declararam que suas internações foram cobertas por planos de saúde.

Embora o Sistema Único de Saúde tenha sido uma política pública muito importante no enfrentamento da covid-19, ele não foi suficiente para evitar o grande número de óbitos provocados por esta pandemia em razão da restrição dos gastos públicos instituído pela EC 95/2016, subordinada aos interesses do capital financeiro e a atuação do governo Bolsonaro.

O governo Bolsonaro foi marcado pela relutância em adotar medidas mais efetivas e coordenadas de isolamento social, pelo negacionismo da vacina e incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada, pelas falhas logísticas em levar insumos e equipamentos médicos aos estados da federação mais ameaçados pela calamidade sanitária, pela militarização do Ministério da Saúde e pelo atraso do programa nacional de vacinação. Todos estes fatores contribuíram para que o Brasil fosse considerado um dos piores países do mundo, senão o pior, no enfrentamento da pandemia (Pinho & Lanzara, 2022, p. 366).

As investidas do governo Bolsonaro contra as políticas públicas, a pandemia de Covid-19 e o conseqüente crescimento das desigualdades constituíram-se, assim, na “crônica de uma morte trágica anunciada” (Sátyro, 2021), sobretudo para milhares de brasileiros pobres e vulneráveis, que perderam suas vidas em decorrência da pandemia e da negligência governamental. As reverberações da pandemia no longo prazo acarretarão uma desigualdade na construção do capital humano, penalizando os mais pobres, negros, mulheres e trabalhadores informais, sobretudo no contexto de desaceleração do crescimento do PIB, austeridade fiscal e desproteção social. A perspectiva é a deterioração da distribuição de renda (Sátyro, 2021, p. 326).

O capitalismo financeirizado, caracterizado pela busca incessante pela valorização e acumulação da riqueza, em sua forma mais geral, sob dominância

financeira, exacerba a tensão entre expansão e crise, a concorrência intercapitalista e a desigualdade social (Braga & Oliveira, 2022, p. 2). No Brasil, isso se revelou de forma bastante contundente na crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, em que os mais ricos, cobertos pelo sistema de saúde suplementar ou capazes de arcar com os custos dos serviços de saúde, tiveram mais êxito no diagnóstico e tratamento da doença do que os mais pobres. Não fosse a existência do Sistema Único de Saúde (SUS), a situação seria muito pior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise pandêmica do covid-19 mostrou que a política neoliberal é falha contribuindo diretamente para graves consequências econômicas e sociais danosas ao Estado brasileiro. O Covid-19 exacerbou e intensificou os danos causados pelo paradigma neoliberal, forçando o governo brasileiro, na prática, a abandonar a agenda de austeridade fiscal, obrigando-o a aumentar os gastos públicos pela EC 106/2020 do Orçamento de Guerra descumprindo as regras fiscais determinadas pela legislação brasileira sob a tutela do capital financeiro. Os efeitos deletérios da Covid-19 sobre a população brasileira impôs a necessidade de se aprimorar significativamente as políticas públicas na área social, e repensar os gastos em investimentos públicos para remodelar nosso cenário tecnológico, produtivo e social.

O capitalismo financeirizado, caracterizado pela busca incessante pela valorização e acumulação da riqueza, em sua forma mais geral, sob dominância financeira, exacerba a tensão entre expansão e crise, a concorrência intercapitalista e a desigualdade social mediante o argumento do Estado mínimo eficiente. Em suma é necessário o Estado reconfigurar as suas políticas públicas e atuar nas áreas sociais a fim de erradicar a pobreza e reduzir a invisibilidade social. Nos períodos de crescimento econômico, o capital financeiro dita e reformula as políticas públicas, enquanto nas crises econômicas, o Estado ressurgue como a fênix para socorrer o sistema financeiro e atender as demandas sociais. Esta relação entre Estado e mercado se resume na velha máxima do economista Celso Furtado “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bacchiogga, F., Freitas, L. F. S., & Vasconcellos, M. P. (2022). Políticas públicas e enfrentamento da Covid-19 no Brasil: Controvérsias sobre o Auxílio Emergencial (Lei 13.982/20). *Revista de Direito da Cidade*, 14(1), 248-276. <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.54249>
- Braga, J. C. S., & Oliveira, G. C. (2022). Dinâmica do capitalismo financeirizado e o sistema de saúde no Brasil: reflexões sob as sombras da pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, (suppl.2). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00325020>
- Bruno, M. (2022). A Financeirização como Limite Estrutural ao Desenvolvimento Brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. In R. Marques, & Jr. C. Cardoso (orgs), *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil* (pp.38-76). Brasília, DF: Fonacate. <https://fonacate.org.br/publicacao/>
- Bruno, M., Funcia, F.R., & Ocké-Reis, C. (2022). Austeridade Fiscal e Captura do Orçamento Público no Brasil. In R. Marques, & Jr. C. Cardoso (orgs), *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil* (pp. 480-496). Brasília, DF: Fonacate. <https://fonacate.org.br/publicacao/>
- Cardoso, J. C. Jr. (2022). Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil: arranjo normativo e nefastas implicações ao desenvolvimento nacional. In R. Marques, & Jr. C. Cardoso (orgs), *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil* (cap. 9, pp. 248-281). Brasília, DF: Fonacate. <https://fonacate.org.br/publicacao/>
- Cardoso, J. C. Jr.; Cerqueira, B. S., & Gimene, M. (2022). A Dialética do Jogo Orçamentário-Financeiro no Brasil e o Plano de Organização do Livro. In R. Marques, & Jr. C. Cardoso (orgs), *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil* (pp. 18-36). Brasília, DF: Fonacate. <https://fonacate.org.br/publicacao/>
- Castro, J. A., (2020). Proteção social em tempos de Covid-19. *Saúde debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 4, p. 88-99, dezembro 2020. Disponível em 08/04/2022. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E405>.
- Epstein, G. (2005). *Financialization and the world economy*. Cheltenham, UK: E. Elgar.
- Gentil, D. L., & Bruno, M. (2022). Endividamento das Famílias e Expropriação Salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira na pandemia e além. In R. Marques, & Jr. C. Cardoso (orgs), *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil* (pp. 420-443). Brasília, DF: Fonacate. <https://fonacate.org.br/publicacao/>
- Hilferding, R. (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2021). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. (2022). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022 / IBGE, Coordena-

ção de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>

Ministério da Saúde. Covid-19: situação epidemiológica do Brasil até a SE 14 de 2023. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-situacao-epidemiologica-do-brasil-ate-a-se-14-de-2023>. Acesso em 17.04.2023

Pinho, C. E. S., & Lanzara, A. P. (2022). Democracia Vilipendiada, Privatização e Desmonte de Políticas Públicas sob o Governo Bolsonaro. In: R. Marques, & Jr. C. Cardoso (orgs), *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil* (pp.347-382). Brasília, DF: Fonacate. <https://fonacate.org.br/publicacao/>

Sátyro, N. (2021). Desigualdade: crônica de uma morte trágica anunciada. In: Avritzer, L; Kerche, F; Marona, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (pp. 317-318). Belo Horizonte: Autêntica.

Sestelo, J. A. F., Cardoso, A. M., Braga, I. F., Mattos, L. V., & Andrietta, L. S.(2017). *Economia e Sociedade*, Campinas, 26 (Número Especial). 1097-1126. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art10>.

Trovão, C. J. B. M. (2020). *A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais. Texto para Discussão.* UFRN. DEPEC, Natal, n. 004, mai., 2020.